

COESÃO E DIVERSIFICAÇÃO: OS DESCENDENTES DA NOBREZA NA FRANÇA, NO FINAL DO SÉCULO XX¹

Monique de Saint Martin

“‘Artefato estatístico’ ou ‘engodo ideológico’, a categoria dos ‘executivos’ não existiria como ‘grupo’”, escreveu Luc Boltanski, referindo-se ao relato de um executivo [*cadre*]* técnico-comercial. Inseguro e hesitante, como de resto muitos sociólogos, quanto ao estatuto preciso dessa categoria, Boltanski acrescentava: “Mas que fazer então dos indivíduos que reivindicam o pertencimento à categoria dos executivos em carne e osso, e como dar conta do que, nas atitudes e comportamentos das pessoas reais, escapa à lógica agregativa do mercado, à interação das estratégias ‘individuais’ e à procura racional do interesse ‘pessoal’ para orientar-se por referência à crença na existência de uma pessoa coletiva?” (Boltanski 1982: 48). Como, com efeito, negar a existência de um grupo que, a exemplo dos “executivos”, na França, aparece como tal nos discursos (o desemprego dos executivos, os novos executivos etc.) das instituições (censo populacional, fundos de aposentadoria etc.), das associações (Associação para o emprego de executivos), e que são objeto das crenças dos atores? É preciso levar a sério a sua existência, bem como as dificuldades insuperáveis com que se deparam as tentativas de definição e o estabelecimento de critérios objetivos, mas sem apreender de modo objetivista a realidade desse grupo que, no entanto, não existe como substância. Sua coesão tornara-se grande nos anos 60-70, época da pesquisa em questão; mas hoje em dia perdeu muito de sua força, e um número cada vez menor de indivíduos invoca a categoria de executivo. Como os executivos, os grupos se fazem e desfazem; de resto, são muito mais freqüentes os estudos acerca

* A tradução do termo *cadre* por *executivo* procura simplesmente tornar ágil a leitura, não simplificar a singularidade dessa categoria social. Tal como demonstra Luc Boltanski (1982), os *cadres* são produto de um processo social específico, acontecido na França entre os anos 30 e 60, com a reconfiguração das camadas médias e o aparecimento de posições de alta função em empresas privadas e públicas [N.T.].

daqueles que se formam, da constituição de novas elites, de novas nobrezas e dos processos de formação de grupos dirigentes, e poucos há sobre a dissolução, o “crepúsculo dos grandes”², o declínio das antigas elites e o processo de desagregação.

Diferentemente dos executivos, os descendentes da nobreza, em sua maioria, não invocavam o pertencimento à categoria no momento de minha pesquisa, nos anos 1980-1990 — o que não deixa de criar certos problemas para a análise. Com efeito, pode-se considerar como “nobres” ou mesmo como “descendentes da nobreza” aqueles que recusam reconhecer-se nessas designações? Além disso, os nobres não constituem uma categoria socioprofissional nos censos populacionais, não mais detêm privilégios e não têm existência jurídica nem oficial desde a Revolução (já há mais de 200 anos), não organizam manifestações ou atos públicos e não realizam publicamente trabalho coletivo de mobilização de recursos.

No século XIX, na sociedade pós-revolucionária, a nobreza, como sublinha Claude-Isabelle BreLOT, estava “suspensa no vazio: nobreza sem privilégios, destruída como ordem, morta em termos civis, ela aparece como grupo sem nome” (1995:6); no século XX, segundo a maioria dos comentadores e pesquisadores, ela já nem mesmo aparece como grupo. A questão que se coloca, então, é saber como analisar um grupo antigo, inventado e reinventado várias vezes no curso de sua história, suprimido da Constituição, depois reabilitado de modo mais ou menos visível, e que não cessa de se desagregar.

Poder-se-á, ademais, examinar como grupo um conjunto de indivíduos que negam sê-lo, e que o direito e as instituições administrativas não reconhecem? Não seria a nobreza, então, um simples “engodo ideológico”, para retomar a expressão de Boltanski? Tratar-se-ia de “fatos de opinião”, como disse Alain Plessis (1988)? Ou de um fenômeno de “crença”, como o analisou Maurice Halbwachs (1976)? De que modo podem os pesquisadores estudar, no fim do século XX (período caracterizado, simultaneamente, pela desagregação das antigas nobrezas e por processos de recomposição, em particular após 1989 e a queda do Muro de Berlim), a aristocracia ou os descendentes da nobreza? Como, além disso, nomear aqueles que não costumam invocar a nobreza e que são, no entanto, reconhecidos pelos outros ou pela mídia como parte dela? Como designá-los e falar deles? Qual expressão adotar: os nobres, os descendentes da nobreza, os aristocratas, aqueles que se crêem ainda nobres ou descendentes da nobreza e que não o são? Empregar esses termos entre aspas poderá resguardar a boa consciência do pesquisador, mas não resolve verdadeiramente a questão³.

Como pensar, a um só tempo, a extrema diversidade desse conjunto e sua unidade relativa, sem com isso deixar de perguntar se estas são ou não fictícias? É grande, além do mais, a incerteza no que concerne à sua importância, e as avaliações são muito variáveis. Assim, para mencionar apenas dois exemplos, Régis Valette, autor do dicionário geralmente tomado como referência, dá a cifra de 3.500 famílias nobres em 1977, e estima que mais de 10.000 famílias apresentem “os sinais exteriores da nobreza” (Valette 1989:9). Para François de Negroni, que escreveu um ensaio de inspiração sociológica, o conjunto é muito mais numeroso; ele avalia, com efeito, em 50.000 as famílias nobres a formar um grupo estatutário que invoca a antiga aristocracia, e calcula em cerca de 400.000 os membros da alta sociedade e os nobres (Negroni 1974:17-19)⁴.

Experiências individuais e processos de diversificação

A intenção aqui não é recensear os descendentes da nobreza, escolher entre diferentes estimativas, nem determinar quem é ou não descendente da nobreza, mas observar a variedade das experiências individuais, apreender a diversidade e nos interrogar quanto às categorias e instrumentos de análise que podem permitir o entendimento e a explicação da realidade observada. É necessário descrever, ao mesmo tempo, os processos de diversificação e de desagregação desse antigo grupo, os elementos que ainda contribuem para lhe dar, se não coesão, ao menos alguma unidade, e também aquilo que seus membros têm eventualmente em comum, a partir de experiências individuais, e não raro contraditórias, dos descendentes da nobreza⁵.

Se alguns se dizem apegados a seu estatuto e a seu passado, afirmam seu pertencimento às famílias nobres, e procuram tornar-se membros da Associação de Ajuda Mútua da Nobreza Francesa (a ANF⁶) — o que supõe empreender um longo percurso até que a Associação reconheça as provas do estatuto da família —, outros recusam categoricamente qualquer vínculo com a nobreza, que para eles “não existe mais”, ou prefeririam fundir-se no anonimato, mudar de sobrenome — não mais ter o sobrenome precedido da partícula “de” * que se tornou incômoda e por demais visível —, obliterar suas origens e deixar de ser interpelados como “aristo-

* A partícula *de* (ou *d'*, se o nome de família é iniciado por vogal ou *h*, como em *d'Abeville*, ou *de Brissac*) constitui, na França, marca visível de pertencimento à aristocracia [N.T.].

cratas". São também numerosos aqueles que não se afirmam aberta e publicamente como nobres, mas que não deixaram completamente de se considerar um pouco à parte, ou diferentes daqueles que não procedem do mesmo meio que eles. Frases do tipo "a nobreza é obsoleta", "os privilégios, as relações, já não contam", "a vida em castelo já acabou", "eu não sou nobre; mas a nobreza de alma, esta sim, existe" repetem-se com frequência nas entrevistas. Não seria admissível ou admitido que os descendentes de nobres afirmassem de modo peremptório a existência da nobreza ou que declarassem diretamente "eu sou nobre": provocariam zombarias, risos, sarcasmo ou hostilidade da parte dos que os cercam.

Desse modo, Bérangère, que vem de uma antiga família da aristocracia, suscita reações muito contrastantes de irritação, hostilidade, agressividade, e também de compaixão e fascinação, quando já em princípio se apresenta como pertencente a uma família aristocrática, nas reuniões de um grupo de pesquisa e discussão sobre o tema "relações familiares e trajetória social", em que os participantes — no conjunto, pertencentes às classes médias — discorrem sobre sua história e a de suas famílias. É preciso dizer que em seu relato ela menciona como coisa corriqueira as grandes propriedades da família, os castelos, os cavalos, o piano, a educação por uma preceptora — tudo o que outros, provindos do mesmo meio, preferem disfarçar ou evitam revelar quando estão em um grupo composto, em sua maioria, por pessoas de origens distintas da sua. E, como observam Vincent de Gaulejac e Alex Lainé, ela sem querer desperta uma memória coletiva, a recordação de humilhações sofridas, da violência dos senhores com os empregados domésticos, da aristocracia com o povo, e provoca a violência (Gaulejac e Lainé 2000).

Em compensação, lembrar que "a nobreza não existe mais" é, sem dúvida, para alguns descendentes da nobreza, um modo de permitir que ela continue ainda a ser reconhecida ou tolerada, mas sem rejeição, em uma sociedade republicana. O fato de dizer "eu não sou nobre, mas também não sou mesmo como os outros" permite-lhes tornarem-se muito mais bem aceitos como um pouco à parte e diferentes dos demais. É como se os descendentes da nobreza conseguissem tornar reconhecida a diferença que os separa de outros grupos, na medida em que melhor soubessem, ao menos em certas ocasiões, e à diferença de Bérangère, procurar uma solução de compromisso, negar a diferença de modo natural e usar a partícula do sobrenome com discernimento. A crença na existência de uma divisão ou de uma diferença que colocaria os descendentes de nobres em um mundo à parte não pode ser oficialmente declarada e não teria nenhuma chance de perdurar em um Estado republicano se não se negasse a si pró-

pria e se os que a carregam, ou ao menos uma fração deles, não manifestassem publicamente algum distanciamento em relação à antiga aristocracia, a qual pode ser declarada ultrapassada, inclusive por alguns daqueles que ocupam posições reconhecidas, por exemplo no Jockey Club, de que são membros muitos aristocratas vindos de grandes famílias da nobreza.

A distância que muitos afirmam ter em relação à nobreza não os impede de defender de modo mais ou menos peremptório sua especificidade; uns destacando os valores morais de generosidade, de desinteresse; outros, a antiguidade e o tempo. "A nobreza é o único grupo que se define pelo tempo e, eu diria, quase essencialmente pelo tempo", explicava um deles, que não hesitava em declarar que nos outros grupos sociais "o tempo não intervém". Como em Portugal, a confiança que os descendentes da nobreza têm em si mesmos se apóia em grande parte no sentimento de que participam de uma trajetória histórica de longa duração, de que têm um sentido de temporalidade diferente do de seus contemporâneos (Marcus e Hill 2001). Outros preferem defender essa especificidade de modo discreto; para eles, "a nobreza não se diz", pois "ela se sente; ela é uma questão de foro íntimo". Mas poucos descendentes da nobreza, inclusive entre os mais graduados, estão, em última análise, prontos a renunciar a essa especificidade e à existência de diferenças em relação a outros grupos. Novas diferenças, por vezes indefiníveis, são evocadas ou alegadas, em particular quando lhes parece que aquela diferença — por exemplo, a generosidade ou o desinteresse — não mais pode ser proclamada como própria da nobreza sem causar indignação ou riso. Entretanto, de modo geral, o sentimento de pertencer à nobreza se dilui, ao passo que cresce o de dividir-se entre dois ou mais mundos, e as manifestações de tensão ou de conflito entre universos dificilmente compatíveis deixam-se adivinhar. Muitos chegaram a romper todos os vínculos com seu meio e se integraram a novos grupos.

Nas novas gerações, ainda que alguns redobrem a aposta nos valores integristas, o ceticismo e a dúvida aumentam e o leque de convicções, declarações e posições tornou-se muito amplo. Além disso, diminuiu muito, em relação aos anos 50 e 60, a proporção das crianças que provêm de famílias da aristocracia e cursam colégios religiosos — especialmente os católicos, onde elas se encontravam em seu próprio círculo; elas tendem a freqüentar os estabelecimentos de ensino público, onde têm poucas oportunidades de desenvolver a consciência de participar de um universo à parte, e, por vezes, também freqüentam os estabelecimentos particulares não confessionais.

É grande a diversidade das experiências vividas pelos descendentes da nobreza, jovens ou mais velhos, e a diferenciação das posições ocupadas e das trajetórias no espaço social e profissional não é menor. Ao lado de algumas das “grandes famílias” da alta aristocracia, cujos membros assumem com frequência sua herança participando dos movimentos de reconversão, observa-se um número muito significativo de famílias da pequena ou média nobreza, principalmente no interior, cujos membros estão mais ou menos rebaixados. Se uma parte não desprezível dos descendentes da nobreza se apresenta como “inclassificável” — sem herança importante e sem um caminho já traçado de antemão, não tendo mais vínculos com o lugar de origem da família, acedendo à sua condição social graças a seus esforços e ocupando posições entre dois universos —, outros não chegam a se manter nessas posições intermediárias e caem de classe. E são cada vez mais numerosos os casos de descendentes da nobreza que exercem atividades ou detêm empregos que não correspondem à posição ostentada pela família. Pode-se observar uma variedade bem grande de profissões ou empregos exercidos por indivíduos saídos da nobreza, profissões em sua maioria impensáveis nos anos 50 e 60, como: pequeno empresário, artesão, dono de *camping*, jardineiro, corretor de seguros, representante de vendas, vendedor, cartógrafo, empregado de construtora civil, funcionário de empresa pública, recepcionista, assistente social, assistente familiar etc. São geralmente ocupações que permitem certa indefinição na apresentação das atividades, as quais são frequentemente exercidas em lugares um tanto resguardados, menos deslocados em relação ao universo tradicional do que pareceria à primeira vista, e afastados da competição; mas ocorre também que os empregos ocupados deixam de ser objeto de proteção ou que os antigos favorecimentos sejam insuficientes para que se possa ocupar um emprego reservado.

A inserção profissional tornou-se uma necessidade para a grande maioria dos descendentes da nobreza; as profissões exercidas são cada vez mais diversificadas. Os mais velhos ainda são — mas com frequência cada vez menor — oficiais militares ou proprietários agrícolas, e se voltam mais e mais amiúde para os empregos ou as funções de executivos comerciais, dirigentes, engenheiros, chefes de pessoal, administradores de empresas. Assiste-se a um grande crescimento da categoria “mundo dos negócios” para a população nobre do *Bottin Mondain* — o catálogo anual das famílias da burguesia e da aristocracia. Os mais jovens, por seu turno, ocupam empregos cada vez mais variados, em diferentes setores de atividade. O campo de possibilidades abriu-se para eles nestes últimos anos, especialmente com o desenvolvimento do setor bancário, dos seguros, das

escolas e empresas de publicidade, de *marketing*, de relações públicas, de consultoria, de administração e também do audiovisual, da editoração e do mercado de arte.

Outro sinal dessa diversificação: a época dos casamentos previamente "arranjados" pela família ou pelo grupo está efetivamente encerrada; os casamentos são cada vez menos controlados de modo direto pelo grupo e são contraídos com frequência cada vez maior fora da aristocracia — sobretudo em Paris e nas grandes cidades, e na alta nobreza mais que na pequena nobreza do interior. As uniões livres e os divórcios são particularmente condenados pelos membros da ANF; no entanto, já não constituem exceção, ainda que não se tenham tornado atos sociais "banalizados", como nota Cyril Grange (1996), que analisou o declínio dos casamentos dentro da nobreza ao longo do século XX.

Quanto aos locais de residência e de vilegiatura dos aristocratas, eles se diversificam e, sobretudo, passam a ser menos exclusivos. Com a crescente adesão dos descendentes da nobreza ao princípio da partilha igualitária, e com a fragmentação dos patrimônios tradicionais, a dispersão progressiva das terras e o aumento das tensões familiares por ocasião das sucessões testamentárias, assegurar a transmissão do castelo da família deixa progressivamente de ser algo vivido como um dever, um destino ao qual não é possível se furtar, e é cada vez mais visto como um encargo (Mention-Rigau 1999). Numerosos descendentes da aristocracia renunciam à posse do castelo da família como residência secundária e preferem vendê-lo, quando não o deixam mais ou menos ao abandono; quanto aos jovens, eles residem cada vez mais raramente e de modo mais episódico nos castelos. Uns ocupam as antigas dependências dos castelos como moradia ou nas férias e fins de semana; outros se recusam a vincular seu destino pessoal ou familiar ao do castelo da linhagem ou da família, e preferem adquirir alguma residência antiga de dimensões mais modestas.

Poder-se-ia facilmente multiplicar as análises, fazendo aparecer essa crescente diferenciação de trajetórias, de experiências e de modos de vida, bem como o declínio — se não contínuo, ao menos avançado — de grande parte das famílias e dos indivíduos. Seria necessário apresentar e examinar diferentes tipos de trajetórias seguidas pelos antigos aristocratas, desde aqueles que se identificam com a nobreza, concentram seus investimentos em torno da transmissão da herança da família, e que se consideram como "os elos de uma cadeia", até os que, já deslocados da classe, por vezes, mantêm laços tênues com alguns descendentes da nobreza e, por outras, rompem todos os vínculos com o meio aristocrático, passando ainda pelos aristocratas totalmente reconvertidos que, de fato, se asseme-

lham aos burgueses ou pequeno-burgueses, e os aristocratas “semi-reconvertidos”, que tentam manter uma posição intermediária entre diferentes universos, não renunciando nem aos valores de seu próprio grupo de origem, nem aos benefícios que podem advir de uma inserção profissional bem-sucedida. Mas não podemos limitar-nos a essa constatação da diversidade. É preciso efetivamente indagar se os antigos elementos de coesão do grupo desapareceram todos, ou se existem ainda elementos de unificação que podem eventualmente contribuir para a reunião, se não de todos os descendentes da nobreza, ao menos de uma fração significativa deles.

Uma coesão que se tornou impossível

“A constituição de um grupo humano é um fato simbólico e não-material. Isto, de resto, fica evidente quando se consideram grupos como a Organização das Nações Unidas ou como um partido político, mas é igualmente verdadeiro para a família Smith, os negros ou os americanos. Se os grupos existem enquanto tal, é graças a uma simbólica comum a seus membros.” (Strauss 1992:157).

Foi esse o caso da classe mandarim chinesa, cuja simbólica comum residia principalmente no saber e nas qualidades morais que lhe eram associadas — o mandarinato, com efeito, sempre defendeu zelosamente a primazia da acumulação do saber e das qualidades morais sobre todas as demais formas de acumulação, e particularmente a acumulação do capital financeiro (Billeter 1977). Foi esse, também, o caso dos proprietários de fazendas de café no Estado de São Paulo, os “paulistas de quatrocentos anos” que, no momento mesmo em que, no início do século XX, estavam ameaçados pela decadência no plano econômico, afirmavam com ênfase a especificidade de seu grupo, compraziam-se em blasonar suas origens, exaltar a excelência do sobrenome e a “pureza de seu sangue”, que constituíam sua simbólica comum e que, segundo eles, legitimavam sua posição e seu *status* perante uma ordem burguesa que se consolidava. Esses “barões do café” se apoiavam em suas origens e em seu “sangue puro” para conservar sua posição dominante e fundar sua coesão (Bueno Trigo 2001). É ainda o caso, hoje, dos manuches, grupo de ciganos que vivem em *trailers* e caminhões. Na ausência de uma herança de família, é o “respeito aos mortos que faz dos manuches membros do grupo” e permite a solidariedade comunitária. O grupo, entre eles, são os vivos e também os mortos (Williams 1993).

Se entre os descendentes da nobreza sobrevive uma simbólica comum, esta com certeza não está fundada no saber, nem no respeito aos mortos; e hoje em dia já não se baseia na reivindicação de origem ou de sangue, que não podem se sustentar em uma sociedade republicana. A crença, mais ou menos forte e partilhada, na existência de uma diferença que os separaria dos demais grupos poderia ser o princípio que assegura a coesão, se não do conjunto, ao menos de uma fração importante dele (Saint Martin 1993). A produção dessa crença não seria, aliás, possível sem a ação de um conjunto de instituições ou de mecanismos que contribuem, a títulos diversos e segundo diferentes modalidades, para a conformação das disposições. O sobrenome, com destaque para a freqüente presença da partícula "de", e também o título (duque, marquês, conde, visconde ou barão), ainda que este não seja mais reconhecido e que oficialmente não tenha valor, designam de modo particularmente explícito os descendentes das famílias da nobreza como diferentes dos demais. Muitos outros sinais ou marcas, materiais ou imateriais, entre os quais os castelos, os numerosos retratos de família e os relatos em geral legendários da história familiar, fornecem aos descendentes da nobreza a ocasião de se pensarem e se apresentarem como grupo ou categoria à parte. O interesse das famílias da aristocracia por sua própria história e pela história de modo mais amplo foi sempre muito acentuado; elas possuem, mais ainda que as famílias da burguesia, obras escritas a seu respeito por seus próprios membros, arquivos de família, escritos diversos e documentos genealógicos. Um conjunto de práticas e de atividades, geralmente desinteressadas, ao menos na aparência, e que vão das diferentes formas de ação beneficente à equitação ou à caça, não deixa igualmente de reforçar o sentimento de pertencer a uma "elite". Se essa crença continua a se desenvolver é também porque existe um mínimo de reconhecimento da parte daqueles que rodeiam os descendentes da nobreza.

Norbert Elias insiste na importância do reconhecimento e, mais ainda, da crença na "boa sociedade" aristocrática. Quando voltamos nossa atenção a ela, "notamos imediatamente", explica ele,

"[...] a que ponto o indivíduo, nela, depende da opinião dos outros membros. Qualquer que seja seu título nobiliárquico, ele só faz efetivamente parte dessa 'boa sociedade' na medida em que os outros estejam *convencidos* a esse respeito, que o considerem *como um dos seus*. Em outros termos: em uma tal sociedade, a opinião social tem uma importância e uma função distintas da que tem em uma vasta sociedade burguesa e profissional. Ela funda a existência." (Elias 1985:85).

O reconhecimento da condição nobre pelos demais nobres é sem dúvida, ainda hoje, muito importante para grande número dos membros e das famílias dessa categoria. Mas o reconhecimento por parte de membros de outros grupos não é menos necessário — ele pode traduzir-se pelo encantamento, pela atenção e a deferência, no caso dos visitantes dos castelos (Augé 1989), mas também pela raiva ou ressentimento, e mesmo o ódio. Esse reconhecimento é uma dimensão importante do capital simbólico (Bourdieu 1980) herdado pelos descendentes da nobreza e que eles não estão, em geral, dispostos a sacrificar.

O peso do capital simbólico — sobrenome, título, renome, reconhecimento — tem, com frequência, lugar preponderante na estrutura do capital detido pelos descendentes da nobreza, em particular nas famílias da pequena nobreza do interior, que tendem a atribuir ao capital simbólico primazia sobre o econômico ou o cultural. Buscar resguardar a honra da família, o sobrenome, o castelo da linhagem pode, então, engendrar comportamentos antiquados, e mesmo ruinosos em termos econômicos. As maiores famílias procuram, de preferência, conciliar e acumular os diversos tipos de recursos sem dar precedência aos recursos simbólicos que, por si sós, não são suficientes, mas sem por isso negligenciá-los: cuidam para que não se depreciem e concedem-lhes mais importância do que a maioria das famílias da burguesia. O poder dessas famílias repousa geralmente em uma hábil combinação e excelente domínio dos diferentes recursos⁷.

Se os descendentes da nobreza são ainda identificados como tais, é em parte devido aos recursos simbólicos com os quais podem contar e que eles preservam — recursos que são, aliás, desigualmente reconhecidos e valorizados na sociedade francesa. Há, ainda, mundos resguardados, por exemplo, as aldeias ou pequenas cidades da Bretanha, mas também, no mercado profissional, as pequenas e médias firmas de paisagismo e jardinagem, os serviços do patrimônio histórico, as galerias de arte, os serviços de gestão do patrimônio nos bancos, as firmas de consultoria, de publicidade, de relações públicas, as revistas de decoração, os produtos de luxo (champanhe, perfumes etc.), onde tais recursos são buscados e valorizados. Mas há outros, como por exemplo uma grande parte do funcionalismo público e as grandes empresas multinacionais, onde eles são ignorados. Existem também descendentes da nobreza que não lhes dão mais importância, preferem que suas origens sejam esquecidas e tentam se fundir em outros grupos. Existem, ainda, aqueles que, ao longo da carreira profissional, procuram de modo mais ou menos direto tirar proveito de seus recursos simbólicos e sociais, especialmente o sobrenome e as redes de relações e conhecimentos pessoais, para reconvertê-los em recursos

econômicos sob forma de um posto de prestígio e salários elevados, por exemplo no mundo dos negócios ou na mídia. Finalmente, temos os que levam a termo a reconversão, investem completamente na lógica profissional e econômica, distanciam-se de seu meio de origem já antiquado e anacrônico, e renunciam de certo modo a seus recursos simbólicos bem como a uma parte de sua antiga rede de relações. Seja como for, os recursos simbólicos comuns, fortemente valorizados por muitos, porém desconhecidos, descartados e mesmo desprezados por outros, já não bastam, hoje em dia, para assegurar a coesão do conjunto dos descendentes da nobreza.

A densidade das interações e das inter-relações entre os diferentes descendentes da nobreza, pelo menos entre aqueles que ainda se reconhecem nesse meio, poderia então contribuir para sua coesão mais do que a simbólica ou os recursos simbólicos comuns. Podem existir, com efeito, formas de solidariedade cuja base não é a homogeneidade social que, de resto, como vimos, não mais existe, e sim uma coesão produzida pelas interações sociais que são freqüentes e intensas (Cerutti 1996).

As "formas de aglutinação das práticas e recursos relacionais" que marcam a estruturação em rede de uma sociedade não são as mesmas nas diferentes sociedades estudadas por Maurizio Gribaudi e seus colegas por ocasião de uma pesquisa comparativa conduzida, principalmente, junto a professores e médicos, em diversos países europeus. Em Paris, o espaço social iluminado pela pesquisa aglutina-se em torno do Estado como recurso simbólico e também econômico e relacional, como espaço de referência e modelo de ação, como fronteira social interna; ele se aglutina também em torno da afiliação profissional, da família e do parentesco (Gribaudi 1998). No caso dos aristocratas, salvo algumas exceções, o Estado não constitui o espaço de referência, a afiliação profissional não é tampouco um princípio muito ativo da rede de relações. Linhagens e famílias constituem, via de regra, o núcleo em torno do qual se tecem e se introduzem as relações. A pesquisa dos vínculos de parentesco próximos ou distantes pode tornar-se para alguns uma obsessão, ou ao menos uma preocupação constante.

Nas grandes cidades, especialmente em Paris, as grandes famílias parisienses da aristocracia e da burguesia privilegiam seus próprios círculos sociais fechados; de fato, elas residem em alguns *arrondissements* apenas, no oeste de Paris — o VII, o VIII, o norte do XVI e o sul do XVII — e, também, em alguns municípios da área suburbana residencial, principalmente Neuilly-sur-Seine (Pinçon e Pinçon-Charlot 1989), e estão presas em uma densa rede de relações e trocas e vivenciam uma vida mundana

feita de recepções, *vernissages*, coquetéis, *soirées*. No interior, os membros das famílias de descendentes da nobreza visitam-se mutuamente, trocam endereços e outras informações, permutam serviços, escolhem não raro parentes próximos ou amigos de família como testemunhas de casamento ou como padrinhos de batismo, oferecem recepções, passam temporadas mais ou menos longas uns nas casas dos outros, convidam-se para as cerimônias de casamento, para as caçadas — que constituem o tempo forte dessa sociabilidade — e também para tomar chá, para jogar bridge ou tênis, e desenvolvem uma rede densa de inter-relações.

Essa densidade das interações e das inter-relações é assegurada, antes de tudo, pela educação das crianças, que, ainda hoje, é parte importante do aprendizado implícito ou explícito das maneiras sociais, dos modos de se comportar, de trocar e de interagir, das maneiras de falar, de responder a cada um conforme sua posição, e de sustentar a rede de relações familiares e extrafamiliares; memória dos nomes, das formas de tratamento, dos encontros. Não são os manuais de boas maneiras nem as compilações de cartas e correspondências que são para tanto utilizadas; o aprendizado dos modos de ser ou de comportar-se com os outros, de gerir relações, começa muito cedo, por via do exemplo, dando a ilusão de coisa inata, e vai de par com a educação religiosa, particularmente importante nesse meio social. Os meios tradicionais de socialização perderam a força, e as instituições — escolas particulares, cursos de dança e *rallyes* — completam o trabalho realizado na família e pela família. Os *rallyes* surgiram a partir dos anos 50, e são baseados na cooptação e dirigidos por mulheres das elites tradicionais (antiga nobreza e burguesia). Esses *rallyes* organizam programas culturais para os mais jovens, bem como cursos de dança ou, por vezes, de bridge, e mais tarde *soirées* dançantes e bailes para os maiores de 16 ou 17 anos, e fazem grande sucesso nesses meios. Eles ajudam as mães a controlar as relações extrafamiliares e extra-escolares dos jovens e, aos jovens, permitem efetuar certos aprendizados que contribuem para reforçar sua identidade social. A participação dos jovens nos *rallyes* poderia também, em certos casos, constituir um ritual de reinserção no tecido social, distendido depois de certo afastamento; em outros casos, constituiria uma estratégia de proteção em relação ao eventual risco de marginalização (Kovatz-Beaudoux e Smadja 1995).

Um trabalho contínuo é indispensável para gerir e preservar as relações; na sua ausência, o capital social inevitavelmente se deterioraria (Saint Martin 1993). Na aristocracia, cada um aprende o trabalho que lhe cabe em função de seu *status* e de sua posição na família e no ciclo de vida. As mulheres são geralmente encarregadas do trabalho mais específico

de gestão dos convites, da organização material dos intercâmbios, das recepções, dos *rallies*, das festas de casamento, das temporadas de férias, por vezes também das sociedades beneficentes ou bazares de caridade, e tal trabalho é tão mais eficaz quanto se realiza sem ostentação. Os homens não se contentam em delegar a suas mulheres o trabalho, e tomam parte ativa nele; são membros de clubes, participam da organização dos intercâmbios, em especial nas caçadas, nas sociedades hípicas, nos coquetéis profissionais, e cumprem seu papel nas diferentes ocasiões. Esse trabalho de gestão das relações, exercido principalmente pelas mulheres, mas também pelos homens, contribui para a manutenção de uma rede densa de relações nas famílias — não raro muito extensas —, bem como entre as diferentes famílias e com aqueles que lhes são próximos, em uma escala maior ou menor, conforme a importância e os recursos familiares.

Esse é também um trabalho realizado pelas associações ou organizações da nobreza — Associação de Ajuda Mútua da Nobreza Francesa, Jockey Club, editores de catálogos da aristocracia — para manter a identidade do grupo e preservar as relações no interior de uma região ou em escala nacional, o que só envolve uma parcela dos descendentes da nobreza; ele difere fortemente do trabalho de reunião, inclusão e exclusão do qual resultou o grupo dos executivos, pois este foi realizado por associações profissionais reconhecidas por todos. A constituição do grupo dos executivos foi, com efeito, ao menos parcialmente, o produto de um trabalho social de unificação, sob muitos aspectos comparável ao trabalho político de mobilização (Boltanski 1982). Graças às diferentes tecnologias sociais de mobilização, de identificação e de classificação, graças ao trabalho coletivo, o grupo dos executivos entranhou-se nas instituições e acabou por ter sua existência reconhecida como algo desde sempre fundamentado na natureza das coisas. No caso dos descendentes da nobreza, a mobilização não é explicitada, e as tentativas de realizá-la só se fazem em caráter privado; a ANF, que obteve o reconhecimento oficial de utilidade pública, tem como função declarada a ajuda mútua e se esforça por adotar certa reserva, mas não deixa por isso de fazer um trabalho de reagrupamento e, também, de preservação do moral dos membros, de manutenção de suas representações e gostos, através das atividades nacionais e regionais que oferece e que são cada vez mais numerosas, dirigidas quer aos diferentes grupos de idade, quer ao conjunto da categoria. Outros círculos, clubes, grupos de base regional ou familiar e mais ou menos institucionalizados realizam um trabalho regular de unificação, de chamamento aos deveres e obrigações, aos valores e também às diferenças. No entanto, essas associações e outros grupos organizados não chegam a

sensibilizar todo o conjunto dos descendentes da nobreza: muitos os ignoram ou os consideram antiquados.

As observações e pesquisas mostram que os descendentes da antiga nobreza não constituem um conjunto totalmente disperso, com membros absolutamente independentes entre si e sem nada mais em comum. Talvez mais que recursos simbólicos comuns, o que contribui para manter alguma forma de coesão é a densidade dos relacionamentos e das trocas de toda sorte entre eles. Seria necessário analisar de modo mais preciso e aprofundado o tecido de relações que assegura a coesão, quando não do grupo, ao menos desse conjunto de famílias designadas como nobres. Mas essa coesão tende a se tornar mais e mais difícil. A comunidade de valores é menos forte do que dão a entender ou a crer certas declarações e, também, certos trabalhos. As famílias levam a efeito um conjunto de estratégias, mais ou menos abertas, de educação, de alianças, de sucessão e de reconversão, mediante as quais procuram manter sua posição, assegurar a perenidade e coesão do seu patrimônio e linhagem, mas fazem-no com graus variáveis de sucesso. Os conflitos familiares, pouco estudados, são no entanto numerosos; os aristocratas estão com frequência envolvidos em processos litigiosos, especialmente nos conflitos de famílias que se desagregam em função de casamentos que não seguem as normas familiares ou do meio social, e especialmente nos conflitos em torno das heranças, sucessões e partilhas, e que podem dar lugar, ou não, a processos judiciais⁸. A dúvida quanto à existência de uma diferença a separar os descendentes da nobreza dos demais grupos cresce não somente entre a nobreza decaída como também entre aqueles, ainda pouco numerosos, que levaram a termo uma reconversão. E nem todos participam do trabalho de conservação da rede de relações familiares ou ligadas à família.

O espaço da nobreza

Como apreender sociologicamente um conjunto que já não tem existência jurídica nem oficial, que não tem legitimidade há mais de dois séculos, que não mais existe como grupo, cuja coesão se faz cada vez mais rara e difícil, mas que uma simbólica comum e, talvez, mais que esta, uma rede de relações densa e compacta preservam da desagregação completa ou da dissolução em um simples agregado de indivíduos de ascendência nobre e portadores de sobrenome com a partícula característica? Que fazer com os nobres decaídos, ou com aqueles que ocupam posições entre dois mundos e que não se reconhecem absolutamente na nobreza? O que é

preciso levar em conta na análise? As categorias e declarações dos descendentes da nobreza, que muitas vezes afirmam não serem nobres ou que a nobreza não existe, mas que em outros momentos ou diante de outros interlocutores podem considerar-se como tais ou se apresentar como parte de uma grande família? Os catálogos de sobrenomes nobiliárquicos e o ponto de vista da ANF, em que se afirma explicitamente a existência de nobres? O discurso dos meios de comunicação, que gostam de falar de “tribo”? Com certeza, nenhum desses discursos ou modos de interpretação deve ser rejeitado. É preciso, no entanto, tentar ir mais longe na análise. Muitas pistas ou direções de pesquisa se apresentam, que não poderão ser integralmente exploradas; reteremos aqui apenas três. Poderão os descendentes da nobreza, no fim do século XX, na França, ser analisados como um corpo, como um grupo relativo ou como um espaço?

Se nos referirmos ao passado ou mesmo à tendência relativamente recente, em diferentes países da Europa, de restauração ou ressurgimento das nobrezas, particularmente após a queda do Muro de Berlim, podemos ficar tentados a analisar a nobreza, ou antes, seus descendentes, como um corpo cujos membros seriam dotados de um capital simbólico comum, se reconheceriam como pertencentes a um mesmo grupo e manifestariam um espírito de corpo; dito de outra maneira: um “sentimento de solidariedade com o grupo mesmo, seu nome, sua honra, e com seus membros, que ordena a submissão às exigências da reprodução do corpo” (Bourdieu 1985:73). De fato, esse espírito de corpo que uma parte dos descendentes da antiga aristocracia experimenta e reivindica é negado pela maioria dos aristocratas. Ele se manifesta, por vezes, sob a forma do apelo ao sentimento de solidariedade que deve unir todos os seus membros, especialmente quando os descendentes da nobreza se crêem atacados do exterior — por exemplo, após um programa de televisão sobre a aristocracia, no qual acreditam terem sido vítimas de descrédito ou representados de maneira diversa da representação que queriam oferecer de si mesmos. Partilhando de início uma mesma visão de mundo, um mesmo sentimento da diferença e da superioridade, eles reafirmam então sua vinculação à nobreza. Esse efeito de espírito de corpo pode mesmo se exercer para além das fronteiras nacionais, e principalmente na grande aristocracia, em que as alianças com membros das aristocracias estrangeiras não são raras, e a reciprocidade e o cosmopolitismo, freqüentes. Ele se manifesta, sobretudo, nas famílias mais integradas, por ocasião das grandes reuniões familiares, dos casamentos e exéquias, ou nos grandes clubes, como o Jockey Club, que resguardam fortemente sua especificidade e sua homogeneidade, opondo aos que pretendem se associar processos de admissão e de

cooptação muito estritos, e se faz sentir mais diretamente nos membros das frações mais tradicionais da aristocracia. Entretanto, uma crescente parcela dos descendentes da nobreza ignoram-no hoje em dia e a maior parte de suas práticas parece fugir ao seu âmbito. Vai aos poucos enfraquecendo o sentimento de pertencer a um corpo mais ou menos distante, ou a uma linhagem que ultrapassa o indivíduo e a família, especialmente entre a fração das jovens gerações que se permitiu significativos investimentos escolares, profissionais ou econômicos, assim como entre os que decaíram socialmente.

Se, no fim do século XX, se faz difícil analisar os descendentes da nobreza como um corpo, e se tampouco podemos considerar que eles se desagregaram ou volatilizaram inteiramente, uma vez que os recursos simbólicos e, sobretudo, sociais asseguram ainda, se não uma unidade, ao menos a existência de laços entre eles, talvez seja então mais apropriado analisá-los, não como grupo e sim como grupo relativo, retomando a expressão de Christiane Klapisch-Zuber (1995) em seu estudo sobre as magnatas de Florença no fim da Idade Média. Aqueles que eram então qualificados como magnatas e alvo de medidas discriminatórias que restringiam seus direitos civis não constituíam um grupo social, mas antes um grupo relativo de base social flutuante, em que se mesclavam senhores feudais, aristocracia consular, grandes banqueiros e mercadores internacionais, grandes empresários ou industriais, e homens de armas. No século XIV, nas listas de magnatas, contam-se também camponeses condenados e artesãos com seus impostos atrasados; com efeito, são classificados como magnatas os recalcitrantes devedores de impostos⁹. Entretanto, no século XV, o estatuto de magnata começa a se aplicar de modo positivo a um grupo, e a designação de magnata tende a se tornar o signo de uma nobreza autêntica. As condutas anteriormente reprovadas são reavaliadas.

Assim, o grupo relativo pode perder ou ganhar coesão, conforme as circunstâncias, e suas bases transformam-se acentuadamente de um momento a outro. O peso da rotulação/etiquetagem pelos outros é bem grande e, no caso dos magnatas, fez com que um conjunto de pessoas frouxamente reunidas em um grupo heterogêneo e destituído de qualquer coesão real viesse a se tornar um dos cadinhos da idéia moderna de nobreza como ordem fechada. Essa noção, aliás, poderia ser transposta para o caso dos executivos, cujas bases são flutuantes mas reais, e que constituem o que Luc Boltanski chamou de "grupo difuso", ou ser aplicada para o caso dos descendentes da nobreza em países como Grã-Bretanha e Espanha, onde há monarquias e bases institucionais que permitem elaborar listas oficiais de nobres; mas ela traz problemas no caso dos descendentes da

nobreza em França. De fato, tal noção só poderia ser pertinente para este caso se escolhêssemos como alvo do nosso interesse exclusivamente os descendentes da nobreza que são membros da ANF ou do Jockey Club. Mas se nos voltamos para o conjunto daqueles que são considerados e reconhecidos pelos outros como descendentes da nobreza ou como nobres, faltam aquelas bases institucionais, econômicas e sociais, e a rotulação se faz de modo diferente pelos diversos grupos. Assim, não é raro que se considerem nobres pessoas cujo sobrenome é antecedido de uma partícula, ao passo que para a ANF a presença da partícula não basta para que se determine o pertencimento à nobreza.

Procurando levar em conta os diferentes grupos e subgrupos de descendentes da antiga nobreza, ao cabo de uma série de pesquisas sociológicas realizadas principalmente nos anos 80, pareceu-me mais pertinente apreendê-los como um espaço (Saint Martin 1993), e ainda hoje, à luz das pesquisas complementares realizadas em seguida, parece possível conduzir a análise sob a condição de que se estudem a dinâmica e os processos que atravessam esse espaço. Nele intervêm diferentes grupos e subgrupos, que dispõem de maior ou menor capital simbólico, com uma rede de relações geralmente extensa, e que se ancoram em uma história mais ou menos longa, estando dotados de um patrimônio econômico mais ou menos importante, não raro em via de empobrecimento, mas, por vezes, em via de consolidação ou em expansão, com maior ou menor consciência de fazer parte de grupos dominantes e adotando práticas e estratégias distintas.

Desses diferentes subgrupos, nem todos são claramente constituídos, e seria inútil pretender traçar seus limites. Se é possível, por exemplo, formar um grupo que reúna as "grandes famílias" da aristocracia, ou identificar um outro mais tradicionalista, seria muito mais difícil compor o grupo dos decaídos socialmente ou o dos "divididos" ou dos semi-reconvertidos. O sociólogo não poderia, ademais, colocar-se como um árbitro a classificar os "verdadeiros" e "falsos" nobres, a delimitar fronteiras que, de resto, foram sempre fluidas; não lhe cabe efetivamente incluir ou excluir, mas antes observar e procurar compreender quem se crê ou se diz nobre, e quem é considerado como nobre ainda que assim não considere a si mesmo. Esse é também um espaço discursivo que pode ser construído: discurso de auto-afirmação por parte dos membros da Associação de Ajuda Mútua da Nobreza Francesa, que congrega a fração mais conservadora dos antigos aristocratas; ou, ao contrário, discurso de denegação por parte dos aristocratas ingressados nos mercados profissionais em expansão, como o da publicidade, da comunicação ou do audiovisual¹⁰.

“O espaço da nobreza” era bem mais fortemente estruturado na *bel-le époque* do que agora, e os antigos princípios declarados de diferenciação da nobreza — antiguidade, título, tipo de nobreza — perderam grande parte do poder de explicação das diferenças. As diversas frações ou subgrupos podem entrar em disputa para impor uma representação ou uma definição de nobreza, assim como valores e estilo de vida mais ou menos aristocráticos. No entanto, certa complementaridade, e mesmo certa coesão se afirmam às vezes, especialmente diante dos “*parvenus*” ou “novos-ricos”. A desagregação desse espaço não deixou de se tornar evidente; ela não se traduz apenas pela fusão ou amalgamação entre aristocracia e burguesia¹¹, mas por numerosos casos, cada vez mais freqüentes e visíveis, de perda do *status* social, de aristocratas arruinados ou em decadência. No entanto, ela não se processa de modo linear; novos grupos ou agrupamentos aparecem, e ainda não se esgotaram as tentativas de restauração nobiliárquica.

Quase tudo tende a diferenciar os descendentes da nobreza no fim do século XX: a antiguidade e a origem da família, as trajetórias sociais e escolares, a formação universitária (contam-se entre eles autodidatas e antigos alunos das grandes escolas), o patrimônio econômico e seus rendimentos muito heterogêneos (das grandes famílias, cuja fortuna pode ainda ser considerável, aos aristocratas endividados ou arruinados), o tipo de atividade profissional, os casamentos, e também o modo de vida ou as opiniões políticas (geralmente de direita, por vezes de extrema-direita, por vezes de esquerda). Se a diversificação desse antigo grupo é patente, ela por enquanto não levou a uma desagregação ou decomposição completas, e se traduz antes pela heterogeneidade crescente das condutas, das práticas e crenças dos atores e dos diferentes grupos. Contudo, existe ainda uma simbólica comum a uma parte significativa dos descendentes da nobreza, e as inter-relações e trocas entre aqueles que se reconhecem como nobres são freqüentes, densas. Por outro lado, aqueles que caíram de classe e os que se reconverteram quase que por completo se afastam cada vez mais desse espaço da nobreza — que é dinâmico, e não imóvel. Ao mesmo tempo que o declínio parece acelerar-se, e que se observam muitos casos de rebaixamento ou marginalização, e até de ruptura, manifestam-se processos de recomposição em que há, simultaneamente, elementos como: a permanência de várias dentre as maiores famílias nobres; o desenvolvimento de grupos integristas fortemente ligados à nobreza, de associações e círculos, de *rallyes* (que costumam fazer grande sucesso), de catálogos e revistas; a entrada, no espaço da nobreza, de novos portadores de sobrenomes com partícula — especialmente mulheres, através do ca-

samento, mas também homens em busca de sobrenome de prestígio; e também certa atração, em parte importante da sociedade francesa, por castelos, aristocratas e nomes ilustres. Tais recomposições não se fazem sem descensos e sem conflitos, e os laços ou solidariedades se afrouxam entre os descendentes das antigas nobrezas. As recomposições atingem a maioria das famílias da aristocracia, e muitos são atualmente os descendentes de antigos nobres que iniciam processos de reconversão, a cujo termo evitam chegar, o que dá margem, no presente, à continuação das recomposições do espaço.

Tradução de Amir Geiger

Recebido em 20 de março de 2002

Aprovado em 5 de maio de 2002

Monique de Saint Martin é professora na École des Hautes Études en Sciences Sociales e pesquisadora do Centre d'Étude des Mouvements Sociaux. Desenvolve pesquisa principalmente sobre as transformações e reestruturações do poder e das elites. É autora de *L'Espace de la Noblesse* (1993) e de diversos artigos em revistas especializadas.

Notas

¹ Este artigo foi escrito em seguida a uma exposição apresentada no curso de Lygia Sigaud no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em agosto de 1995. Agradeço vivamente a Lygia, que, depois de ter me convidado ao seminário, me estimulou a escrever o artigo a partir do que eu havia apresentado então. Agradeço também a todos os participantes do seminário pelas perguntas e sugestões.

² Segundo o belo título da obra de Nuno G. Monteiro (1998).

³ Mas repetir, inclusive com aspas, *os nobres* ou mesmo *os descendentes da nobreza*, é talvez uma maneira de contribuir indiretamente para fazê-los existir.

⁴ Há muitos anuários, catálogos e dicionários que recenseiam os nobres e as famílias da nobreza e estabelecem listas; mas as listas aí apresentadas, e as estimativas do número de nobres, variam muito. Esses dicionários e anuários utilizam distintos critérios de seleção, e propõem de fato visões ou representações muito diferentes acerca da nobreza.

⁵ As pesquisas sobre as quais se apóiam estas análises se fundamentam, principalmente, no estudo de uma amostra de 818 membros da Associação de Ajuda Mútua da Nobreza Francesa e de uma amostra de 323 portadores de sobrenomes com partícula inscritos no *Who's Who*, bem como em entrevistas, observações, monografias de famílias e na análise de numerosas obras: romances, memórias, escritos pelos descendentes da nobreza.

⁶ As associações de descendentes da nobreza, em particular a ANF, agrupam um número crescente de famílias, das mais ligadas a seu antigo estatuto e a seu passado: pouco mais de 2.000, em 1990, na ANF, que foi fundada em 1932 e reconhecida como de utilidade pública por decreto de 29 de julho de 1967.

⁷ Observa-se uma tendência do mesmo tipo na Holanda, onde segundo pesquisa recente o título de nobreza oferece ainda uma vantagem importante, mas apenas se ele está associado a outros recursos como um título universitário (Dronkers 2001).

⁸ Quanto ao século XIX, "Sombria é a visão conflitual que refletem os arquivos notariais, capitais privados e fontes judiciais. Ela põe em questão a de uma célula regulada por valores dominantes que fundamentariam a unanimidade cultural da nobreza" (Brelot 2001:502).

⁹ Os magnatas requisitaram com freqüência retornar para o povo, ou seja, ao corpo dos cidadãos plenos, e deviam para tanto escolher um outro nome e brasão de armas totalmente diferente.

¹⁰ Claude-Isabelle BreLOT sugere que seria mais apropriado falar de “nebulosa com núcleos múltiplos e concorrentes que ocupam posições diferentes, e mesmo antagônicas, nas esferas dominantes” do que propriamente de espaço. Os contornos aí são “vagos, mesmo permeáveis, incessantemente remodelados por movimentos brownianos de entrada e saída” e a reconfiguração do perímetro da nebulosa é incessante, tanto que ela funciona “como uma bomba aspirante e premente. Por isso, o caráter estanque das afiliações continua a ser um reflexo permanente” (BreLOT 2001:501) que “fundaria a unanimidade cultural da nobreza” (BreLOT 2001:502).

¹¹ Os modos de vida dos aristocratas, sobretudo em Paris e nas grandes cidades, são de fato muito próximos dos modos de vida burgueses. Já há muitos anos se constitui e se reproduz uma elite mundana composta de burgueses e aristocratas, na qual o mais atento observador tem dificuldade em distinguir burgueses e descendentes da antiga nobreza, a partir das práticas, da linguagem e do estilo de vida que lhes seriam próprios. Assim, as mulheres da burguesia que desposam um homem cujo sobrenome apresenta a partícula nobiliárquica adotam geralmente comportamento de aparência mais aristocrática que o do cônjuge, o que pode levar a erros de apreciação por parte de quem a queira classificar em um dos grupos. Nos *rallyes* para jovens, nas equipes de caça, nos clubes e círculos sociais, a fusão entre antiga aristocracia e burguesia vai se dando progressivamente. A partir de enquete sobre uma amostra de 3.914 famílias nobres e burguesas, mencionadas no *Bottin Mondain* entre 1903 e 1987, Cyril Grange (1996) conclui haver “aceleração muito clara da fusão da nobreza e da burguesia no século XX”.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, Marc. 1989. *Domaines et Châteaux*. Paris: Seuil.
- BILLETER, Jean-François. 1977. “Contribution à une Sociologie Historique du Mandarinat”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 15:3-29.
- BOLTANSKI, Luc. 1982. *Les Cadres. La Formation d'un Groupe Social*. Paris: Minuit (Collection Le Sens Commun).
- BOURDIEU, Pierre. 1980. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit (Collection Le Sens Commun).
- . 1985. “Effet de Champ et Effet de Corps”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 59.
- BRELOT, Claude-Isabelle. 1995. “Où en Est l'Histoire des Noblesses?”. *Bulletin du Centre Pierre Léon d'Histoire Économique et Sociale*, 4:3-12.
- . 2001. “Conflits et Déclassement: La Légitimité de l'Histoire des Élités en Question”. *Cahiers d'Histoire*, 4, tome 45.
- BUENO TRIGO, Maria Helena. 2001. *Os Paulistas de Quatrocentos Anos. Ser e Parecer*. São Paulo: Annablume.
- CERUTTI, Simona. 1996. “Processus et

- Expérience: Individus, Groupes et Identités à Turin, au XVII^e Siècle". In: J. Revel (dir.), *Jeux d'Échelles. La Micro-Analyse à l'Expérience*. Paris: Gallimard/Seuil (Hautes Études). pp. 161-186.
- DRONKERS, Jaap. 2001. Has the Dutch Nobility Retained its Social Relevance during the 20th Century?, Amsterdam School for Social Science Research (Papers in Progress).
- ELIAS, Norbert. 1985. *La Société de Cour*. Paris: Flammarion (Préface de Roger Chartier).
- GAULEJAC, Vincent de e LAINÉ, Alex. 2000. "Noblesse et Haine de Classe". *Cahiers d'Histoire*, 4(45):677-698.
- GRANGE, Cyril. 1996. *Les Gens du Botin Mondain (1903-1987). Y Être, C'est en Être*. Paris: Fayard.
- GRIBAUDI, Maurizio (dir.). 1998. *Espaces Temporalités Stratifications Exercices sur les Réseaux Sociaux*. Paris: EHESS.
- HALBWACHS, Maurice. 1976. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Mouton (Collection Archontes).
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. 1995. "Les Magnats dans la Florence de la Fin du Moyen Age". In: B. Lepetit (dir.), *Les Formes de l'Expérience. Une Autre Histoire Sociale*. Paris: Albin Michel. pp. 151-164.
- KOVATZ-BEAUDOUX, Edith e SMADJA, Eric. 1995. "Rallyes et Réseaux de Sociabilité Citadine au XX^e Siècle: Une Approche Ethnologique". In: C.-I. Brelot (ed.), *Noblesses et Villes (1789-1950) – Actes du Colloque de Tours (17-19 mars 1994)*. Tours: Université de Tours/Maison des Sciences de la Ville. pp. 287-306.
- MARCUS, George E. e HILL, Diana. 2001. *A Nobreza Portuguesa Hoje. Estudo Preliminar*. Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.
- MENSION-RIGAU, Eric. 1999. *La Vie des Châteaux*. Paris: Perrin.
- MONTEIRO Nuno G. 1998. *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda (Colecção Análise Social).
- NEGRONI, François de. 1974. *La France Noble*. Paris: Seuil (Préface de Henri Lefebvre).
- PINÇON, Michel e PINÇON-CHARLOT, Monique. 1989. *Dans les Beaux Quartiers*. Paris: Seuil.
- PLESSIS, Alain. 1988. "Nobles et Actionnaires de la Banque de France de 1800 à 1914". In: *Les Noblesses Européennes au XIX^e Siècle*. Rome: École Française de Rome/Universita di Milano (Collection de l'École Française de Rome, 107).
- SAINT MARTIN, Monique de. 1993. *L'Espace de la Noblesse*. Paris: Ed. Métailié.
- STRAUSS, Anselm. 1992 [1989]. *Miroirs et Masques. Une Introduction à l'Interactionnisme*. Paris: Ed. Métailié.
- VALETTE, Régis. 1989. *Catalogue de la Noblesse Française*. Paris: Laffont.
- WILLIAMS, Patrick. 1993. *Nous, on n'en Parle Pas. Les Vivants et les Morts chez les Manouches*. Paris: Ed. de la MSH.

Resumo

Como analisar um antigo grupo, o dos descendentes da nobreza, inventado e reinventado diversas vezes no curso de sua história, suprimido da Constituição e a seguir reabilitado de modo mais ou menos visível, e que, na França, bem como em outros países, não cessa de se desagregar? Como pensar a extrema diversidade e a unidade relativa desse conjunto, das quais é preciso também indagar se são ou não fictícias? Mais, talvez, o que contribui para a manutenção de uma forma de coesão é a densidade das relações e das trocas de toda sorte entre eles. Mas essa coesão tende a tornar-se cada vez mais difícil. No atual estado da pesquisa, parece que os descendentes da nobreza não podem ser analisados como um corpo nem como um grupo relativo – ainda que essas interpretações mereçam atenção –, e sim como um espaço, sob condição de que se examine a dinâmica e os processos que o atravessam.

Palavras-chave Nobreza, França, Espaço Social

Abstract

How should one analyze the descendants of the nobility in France? This ancient group has been invented and re-invented many times along its history. The Constitution suppressed it, then later on it was quite visibly rehabilitated, and it is always becoming disaggregated, in France as well as in other countries. How should one approach both this group's extreme diversity and its relative unity, which also have to be questioned as to their fictitiousness? Maybe the dense relationships and exchanges of all sorts between the descendants of the nobility contribute to the maintenance of some form of cohesion more than the symbolic resources they have in common. But this cohesion is becoming ever more difficult. At the present moment of the research, it seems that the descendants of the nobility cannot be analyzed neither as a body nor as a relative group – even though these interpretations deserve attention – but rather as a space, as long as the dynamism and the processes that crosscut it are analyzed as well.

Key words Nobility, France, Social Space